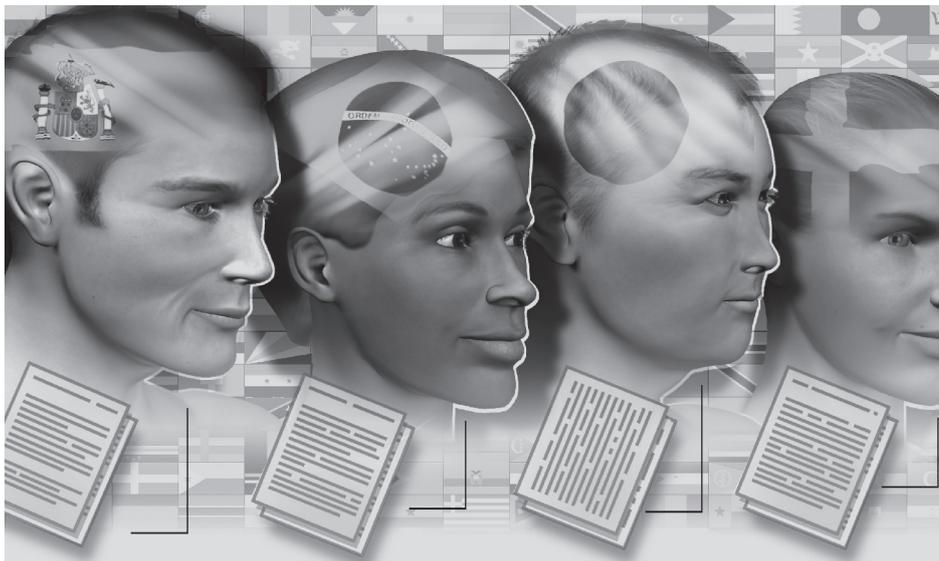


PENSATA

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020140610>

A LÍNGUA E O PENSAR NO CAMPO DA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO: Constatações e questões para os pesquisadores que não utilizam a língua inglesa



Estamos assistindo há alguns anos, em vários países, a fortes debates referentes aos privilégios idiomáticos nas publicações das pesquisas no campo de Administração. Como esse tema de escolha da língua da publicação é muito importante, para não dizer essencial, na evolução do campo científico, trataremos, neste trabalho, do caso dos pesquisadores que não utilizam o inglês.

Entre os pesquisadores de língua francesa, as discussões sobre o idioma de publicação em Administração são numerosas e vivas (Berry, 2004a, 2004b; Chanlat 2014b; Hatchuel, 2004; Mangematin, 2004; Nerrière, 2003). Na verdade, esses debates não são uma particularidade apenas dos usuários de língua francesa. Podemos encontrá-los em vários campos linguísticos, especialmente nos mais importantes (Aquino-Alves & Pozzebon, 2013; Battilana, Anteby, & Sengul, 2010; Chanlat, 2007; Courpasson, Arellano-Gault, Brow, & Lounsbury, 2008; Harzing & Metz, 2012; Marafioti & Perretti, 2006; Tsuda, 2013).

Como esse tema da escolha do idioma de publicação é realmente muito importante, para não dizer essencial, na evolução de nosso campo científico, abordaremos os principais envolvidos nesse artigo, ou seja: os pesquisadores não anglófonos. Nosso artigo terá como ponto de partida as principais constatações atuais, e prosseguiremos lembrando-nos de alguns elementos-chave que dizem respeito à ligação idioma e pensamento, e finalmente às principais questões das escolhas que são ou podem ser feitas no que diz respeito a idioma e publicação. Concluiremos esse propósito mostrando o interesse em guardar uma pluralidade linguística no âmbito da pesquisa em Administração.

A posição aqui defendida identifica-se com a do linguista francês Claude Hagège (2012), que lembrava recentemente: “Eu não luto contra o inglês; eu luto pela diversidade. Um provérbio ar-

JEAN-FRANÇOIS CHANLAT

jean-francois.chanlat@dauphine.fr

Professor na Chaire Management et Diversité, Dauphine Université Paris – Paris, França

mênio resume maravilhosamente meu pensamento: ‘Quanto mais línguas você conhecer, mais homem você será’”. Essa posição apoia-se igualmente na nossa experiência ao mesmo tempo pessoal e social, o que nos possibilita viver entre vários universos intelectuais e linguísticos, especialmente o hispânico, que nos levou a fazer um certo número de contatos e a ser um intermediário entre esses universos, desenvolvendo nossa própria perspectiva por mais de 20 anos (Hagège, 1990, 1995, 1998, 2001, 2012), e também ao fato de estarmos num momento da nossa carreira que nos permite defender essa posição, pois fazemos parte dos pesquisadores liberados desse jugo do “*publish or perish only in english*” que se impõe ou que algumas pessoas querem impor aos jovens. Em outras palavras, publicar somente em inglês (Tietze & Dick, 2012).

DA PLURALIDADE LINGUÍSTICA À HEGEMONIA ANGLO-AMERICANA NO CAMPO DA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Para retomar a constatação de numerosos analistas e observadores do mundo da pesquisa, estamos assistindo, há mais de 20 anos, à presença massiva da língua inglesa em muitos universos, especialmente nas redes científicas (Phillipson, 1992; Hagège, 2012; Halliday, 2003; Héran, 2013; Holland, 2002; Mair, 2003; Nickerson, 2005). Esse movimento pode ser igualmente observado no universo da Administração, e isso traz até nós numerosos analistas que falam sobre hegemonia.

Se essa hegemonia do pensamento anglo-saxônico, para não dizer americano, no mundo da Administração (categorias, instituições, classificações, revisões, agências etc.) foi colocada em evidência por numerosos trabalhos (Adler & Harzing, 2009; Canagarajah, 2002; Ibarra-Colorado, 2006; Man-

gematin, 2004; Tietze & Dick, 2012) e pelo aumento das publicações em inglês em instituições de outras línguas (Aquino-Alves & Pozzebon, 2013; Berry, 1995a, 1995b, 2004a, 2004b; Tsuda, 2013), Tietze e Dick (2012) observam, no entanto, que os intermediários que não utilizam a língua inglesa prestaram pouca atenção às consequências desse fato, ignorando que numerosas reflexões tiveram o interesse de outros, notadamente dos de língua francesa (Chanlat, 2011; Chanlat, 2014a). No caso do que nos interessa aqui, pode-se, com certeza, afirmar que existe efetivamente uma hegemonia da língua inglesa no campo da pesquisa em Administração, o que acabou se tornando natural para muitos, mesmo que isso entre em conflito com seus interesses e que esse domínio só seja possível pelas práticas que o perenizam (Meriläinen, Tienari, Thomás, & Davies, 2008).

Atrás desse domínio, escondem-se inúmeras interrogações que remetem à questão mais comum dos pontos de vista políticos, sociais, culturais e econômicos associados ao idioma dominante, ou seja, os do mundo anglo-americano (Berry, 2004a, 2004b; Cornuel & Leconte, 2012; Hagège, 2012). Isso pode ser bem observado no campo da Administração (Tietze, 2004), atrás do qual existem numerosos debates sobre a questão do local de produção e da observação dos efeitos dominantes (Aquino-Alves & Pozzebon, 2013; Berry, 2004b; Grey, 2010; Harzing & Metz, 2012; Harzing & Wal, 2008; Ibarra-Colorado, 2006; Willmott, 2011), particularmente com a ascensão da classificação de escolas e de publicações cada vez mais rígidas, em cujas instituições e revistas norte-americanas modelam-se a parte do Lion (Berry, 2004a; Chanlat & Lussier, 2014). Essas discussões estão particularmente presentes na Europa, onde a hegemonia americana está sendo questionada inclusive pelos pesquisadores britânicos (Grey, 2010; Willmott, 2011). Atrás de tudo isso, escondem-se temas existenciais sobre a maneira de

ver o mundo social e de gerar o conhecimento desse assunto no campo em questão (Adler & Harzing, 2009; Dameron & Durand, 2008; Durand & Dameron, 2011).

Se retomamos o conceito de campo de Bourdieu, podemos afirmar, sem dúvida nenhuma, que o campo da pesquisa em Administração é um campo social, isto é, um espaço estruturado, hierarquizado por atores e por posições que se definem por questões muito claras e por temas e interesses específicos, os últimos enobrecendo formas variadas de capital (econômica, cultural, social e simbólica), todos necessitando, aliás, de um sistema de disposições apropriado aos atores, o que Bourdieu chama de *habitus*, a fim de fazer face às regras do jogo no seu íntimo, e assim ocupar um lugar (Bourdieu, 1982, 1987).

Como tão bem definiu Michel Audet (1986), num dos primeiros livros de sociologia e de epistemologia da ciência administrativa em francês, se

um campo é ao mesmo tempo um lugar e um sistema, ele é o local das relações entre os agentes humanos que pretendem produzir conhecimentos definidos ou que sejam reconhecidos como tal... a definição desses conhecimentos e das regras da produção deles e de sua revalidação está na origem da estruturação do campo e constitui uma questão central das relações entre os membros desse campo (Audet, 1986, p. 42).

O campo da pesquisa em Administração é, de fato, um campo desse tipo.

O peso da produção americana é historicamente considerável, mesmo considerando a existência de pensamentos e publicações em outras partes do mundo (Aquino-Alves & Pozzebon, 2013; Battilana *et al.*, 2010; Bayley & Clegg, 2007; Bernoux, 2009; Berry, 1995a; Chanlat, 2011, 2014; Courpasson *et al.*, 2008; Ibarra-Colorado, 2006; Ibarra-Colorado & Montano-Hirose, 1987, 1991; Pesqueux & Tyberghein, 2009).

Como esse tema foi objeto de várias publicações, não voltaremos a abordar o aspecto histórico, que é bastante conhecido hoje.

Como recordam numerosos autores, o campo da pesquisa em Administração pertence, ao mesmo tempo, ao campo das ciências sociais, e por isso precisou lutar, e luta ainda, para se fazer reconhecer como um campo totalmente científico, como na França, em relação aos economistas (David, Hatchuel, & Laufer, 2008; Martinet, 1990) e na condição de campo específico, marcado pela dominação que exercem o campo anglo-americano e as normas organizadas (Dameron & Durand, 2008; Durand e Dameron, 2011). Consequentemente, como destacam vários observadores, conforme a localidade onde estiver o pesquisador, sua produção terá maior ou menor aceitação por parte dos dominantes norte-americanos (Adler & Harzing, 2009; Battilana et al., 2010; Courpasson et al., 2008; Harzing & Wal, 2008; Ibarra-Colorado, 2006). Sob esse enfoque, Üsdiken (2010) mostra que o campo da pesquisa em Administração divide-se em três espaços: o coração, que ele associa aos Estados Unidos, a fonte de ideias mais influente após a Segunda Guerra; em seguida, o Reino Unido, uma semiperiferia: a Europa do Norte e do Oeste; e uma periferia: a Europa do Sul e do Leste (à qual poderíamos acrescentar os países em desenvolvimento ou emergentes. No entanto, Üsdiken (2010) não partilha dessa ideia, uma vez que seu artigo trata essencialmente do universo euro-estadunidense). Mesmo ocultando o caráter relativamente autônomo do campo da língua francesa, ele, aliás, insiste no fato de que numerosos campos europeus, especificamente os primeiros citados, se distinguem do campo americano por suas escolhas epistemológicas e sociais.

No entanto, essa resistência relativa de certos campos, entre os quais os de língua francesa (Chanlat, 1992, 2014), não é observada em todos os lugares, nem da mesma forma nem com a mesma ênfase, especial-

mente nos países periféricos ou semiperiféricos (Aquino-Alves & Pozzebon, 2013; Clegg, Ibarra-Colorado & Bueno, 1999; Ibarra-Colorado, 2006; Tsuda, 2013), e até mesmo no Reino Unido (Grey, 2010; Willmott, 2011).

Aliás, o papel desempenhado e a importância dada pelos sistemas de classificação das publicações, e mais geralmente pelos critérios de avaliação das produções intelectuais, não deixam de ter efeitos de disfarce e alinhamento sistemático na produção anglo-americana (Wedlin, 2006; Chanlat & Lussier, 2014; Lussier, 2014). A resistência é ainda maior nos países que não utilizam o inglês e nos quais as publicações mais cotadas são em inglês; melhor dizendo, em “americano”. Torna-se quase impossível participar do debate internacional se o pesquisador não domina perfeitamente a língua inglesa. (Nickerson, 2005; Tietze, 2004). A determinação dessas classificações torna-se, portanto, uma questão-chave para os autores envolvidos, especialmente os que não são de língua inglesa (Aquino-Alves & Pozzebon, 2013; Berry, 2004a, 2004b; Chanlat, 2014a; Eraly, 2011; Hatchuel, 2004; Tsuda, 2013).

Apesar de os efeitos desse domínio terem sido abordados por vários pesquisadores (Bargiela-Chiappini, 2001; Curry & Lillis, 2004; Ibarra-Colorado, 2006; Tietze, 2004; Tsuda, 2013; Willmott, 2011), os que se interessaram pelos efeitos cognitivos do processo de produção intelectual são em menor número, e são pesquisadores de língua inglesa. O norueguês Ljosland (2007) lembra que as teses de economia da Noruega eram redigidas 82% em inglês, 16% em norueguês e 2% nas duas línguas. Esse anglicismo massivo produz, na sua opinião, “uma colonização mental” e faz com que se percam assuntos potencialmente interessantes para a sociedade norueguesa (Ljosland, 2007). É interessante ver essa situação hoje presente em algumas instituições de países que não utilizam a língua inglesa, mas com tendências ao reconhecimento do

campo anglo-americano. O mundo hispânico não é exceção à regra.

Outros colegas observaram também o que eles chamam de fechamento simbólico. Com efeito, no intercâmbio de atividades entre finlandeses e britânicos, os pesquisadores finlandeses envolvidos constataram que a visão e as falas finlandesas estavam subordinadas ao seu sentido em inglês (Meriläinen et al., 2008), até mesmo substituídas por palavras em inglês. Essa constatação não significou uma resistência ou um questionamento do processo por parte dos pesquisadores finlandeses, mas uma forma de se fazerem respeitar pelos seus pares britânicos (Thomas, Tienari, Davies, & Meriläinen, 2009).

Como lembram Tietze e Dick (2012), nos estudos de Lillis e Curry (2006), dados comparados de Portugal, Espanha, Hungria e Eslováquia mostram que

This normalized and exclusive use of the English language is a further illustration of hegemonic practices, through which meanings that “fall outside the dominant ideology” [...] become considerably harder (and riskier for individual careers) to Express. English is, therefore, not an “innocent” system through which words and sentences are generated, rather it is a shaping influence on the very meaning of the texts produced (Tietze, 2004, pp. 9-10).

Esse procedimento hegemônico não se desenvolve de maneira tranquila, sem contestação, sem resistência. O exemplo finlandês citado acima mostra isso, assim como numerosos debates recentes observados nesse assunto no campo europeu de língua inglesa (Adler & Harzing, 2009; Czarniawska, 2006; Grey, 2010; Organization, 2011). Tais discussões no campo dominante não deixam de ter efeito nos outros campos. No entanto, o campo da língua francesa continua a querer defender, apesar de certas tendências à padronização, as características intelectuais

e sociais de sua língua (Bayart, Borzeix, & Dumez, 2010; Berry, 2004a, 2014b; Chanlat, 1992; Chanlat, 2014a; Chevrier, 2014; Hagège, 2012; Hatchuel, 2004). Vamos abordar agora o porquê de devermos defender tal posição pluralista.

Se retomamos a frase relativa à noção de campo de Michel Audet (1986), citada acima, vemos nitidamente que as regras que os pesquisadores em Administração ensinam e adotam vão estruturar o campo da pesquisa: a escolha da língua de produção, das publicações e sua classificação é, portanto, chave para a dinâmica intelectual do campo linguístico em questão quando ele não pertence à língua inglesa. Isso também não deixa de acarretar consequências aos nossos próprios pensamentos.

PENSAMENTO E IDIOMA NA PESQUISA: UM BREVE LEMBRETE

Desde os primeiros trabalhos de Ferdinand de Saussure, fundador da linguística moderna, numerosos pesquisadores veem a língua como um produto social, originado da capacidade do uso da linguagem por uma comunidade humana (Benveniste, 1966; Hagège, 1985). Esse tema das relações entre as palavras e os conceitos não é recente, pois desde a Grécia antiga, e no decorrer dos séculos, encontram-se reflexões sobre esse assunto.

No início do século 20, Wittgenstein (1918) escreveu: “os limites da minha linguagem são os mesmos limites do mundo”. Foi também o caso dos etimologistas Whorf (1956) e Sapir (1929), que sustentavam que o pensamento não teria existência autônoma, independente do idioma.

O fato é que o mundo real tem uma medida ampla e é inconscientemente construído a partir de costumes idiomáticos do grupo. Não existem duas línguas su-

ficientemente semelhantes que possam ser consideradas como representantes da mesma realidade social. Os mundos nos quais vivem as diferentes sociedades são mundos distintos, não simplesmente o mesmo mundo ao qual seriam coladas etiquetas diferentes. (Sapir, 1929, p. 214).

Essa ideia foi recentemente retomada e enfatizada por Claude Hagège (2012). Depois disso, outros linguistas criticaram ou desenvolveram algumas variações dessa hipótese (Dortier, 2013). Assim, se todos nós não temos o mesmo número de palavras para designar as cores, somos todos capazes de diferenciá-las umas das outras. As línguas se escrevem cada vez mais num universo sociocultural. Jean-Claude Usunier (2012), num artigo recente tratando das pesquisas em Administração internacional, mostra como três elementos fundamentais do idioma podem ajudar a evolução do grau de equivalência conceitual entre as línguas:

1. As palavras e seus sentidos específicos, sentido próprio e figurado ao mesmo tempo;
2. As palavras uma vez reunidas em frases e em texto, as línguas operando como códigos que devem ser “traduzidos” em outros códigos linguísticos quando a língua de origem soa diferente;
3. As visões específicas do mundo expressas pelos locutores de uma língua. (Usunier, 2012, p. 6).

Os exemplos do que afirma Usunier são muito numerosos. Os conceitos utilizados, por exemplo, na pesquisa intercultural começam geralmente em instrumentos de pesquisa iniciados nos Estados Unidos; esses instrumentos utilizam os elementos textuais originalmente concebidos, escritos e publicados em inglês, que são, como a língua inglesa, bastante precisos, e orientados para a ação e os fatos, com pouco contexto e com mensagens explícitas (Cornuel & Lecomte, 2012; Hagège, 2012; Lévian, 2013; Usunier, 2012). Podemos citar

também a pesquisa recente de Geneviève Tréguer-Felten (2012) sobre a análise do discurso em momento de comunicação intercultural, em três universos: francês, chinês e americano. Essa pesquisa esclarece bem as dificuldades que pode acarretar a falta de conhecimento da especificidade cultural dos conceitos gerenciais utilizados por diferentes locutores. Isso é igualmente válido para os locutores de língua inglesa ou para os demais que também utilizam o inglês. Consequentemente, como ressalta Usunier (2012, p. 8): “os pressupostos culturais da língua de origem e a orientação para as ações e para o futuro e o individualismo, o comportamento racional etc. tendem a ser reproduzidos e transmitidos pelos instrumentos”.

PENSAMENTO E IDIOMA NA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO: PRINCIPAIS AÇÕES PARA OS PROFESSORES/ PESQUISADORES QUE NÃO UTILIZAM A LÍNGUA INGLESA

Se a relação idioma/pensamento é tão próxima, a escolha de uma língua principal para a publicação não deixa de ter consequências importantes, até determinantes, para o desenvolvimento do campo linguístico em questão, mesmo quando se decide adotar uma língua diferente da sua, no caso, a língua inglesa. Algumas apostas (segundo o dicionário Larousse, “o que se pode ganhar ou perder em quaisquer empreendimentos”) aparecem. Identificamos três: intelectual, sociopolítica e cultural.

Desafio intelectual

Pensar no mundo, adotar um pensamento, passa por uma língua (Hagège, 2012). Laforgue (2005), matemático francês, laureado (Medalha Field, 2004), afirmou: “não é porque a escola de matemática francesa é influente que ela ainda pode publicar em

francês, mas é porque ela publica em francês que ela é poderosa, porque isso a leva a seguir diferentes caminhos de reflexão”. Esse nível de conscientização tem seu valor, particularmente porque os pesquisadores mais jovens, como demonstra a recente coleta de dados de *Tietze e Dick (2012)*, pensam já ter atingido nível suficiente na ordem das coisas, e não veem os aspectos sociais, históricos e políticos dessa exigência: “these academics do not appear to be particularly aware of the historical - political processes they are part of and subjected to. Success and failure were mainly attributed to individual circumstances and contextual factors downplayed as ‘a given fact’”.

No entanto, *Bourdieu (1982)* sublinhou com ênfase que a forma e o conteúdo linguístico estão dialeticamente ligados. Tal ignorância seria já naturalmente preocupante; no entanto podemos observar que, tanto no domínio dos que falam francês como na representação de referências em língua inglesa em algumas teses e artigos em congressos, há uma ausência ou um desconhecimento de trabalhos pertinentes em língua francesa que poderiam conter as premissas de uma hegemonia intelectual crescente, bem como uma crescente amnésia bibliográfica no campo da língua francesa (*Chanlat, 2014a*).

A adoção do “tudo em inglês” não é neutra, como alguns poderiam pensar à primeira vista. Além disso, tal adoção, como vetor de um certo pensamento global em assuntos socioeconômicos, é questionável, principalmente pelo campo não anglófono, uma vez que vem acompanhada de algumas posturas epistemológicas e de escolha de questões por vezes diferentes do campo linguístico de origem dos enunciadores (*Berry, 1995a, 1995b, 2006*).

Tais reflexões são partilhadas por *Tietze e Dick (2012)*:

The consequences of hegemony for the production of text based knowledge are also clear: certain meaning systems gain

advantage over others; certain epistemological and methodological positions are favored as “messy” epistemologies are to be avoided. We see these as instances of a “closure of meaning”. Here the concurrent existence of English as the ‘medium’ of communication, together with the vocabulary of management/business discourses originating from the U.S. core, further the use of positivist – realist epistemologies. Such epistemologies are less concerned with the nuances of context and situation; more concerned with generating generalizable truths. They result in articles that are easier to publish in “the journals that matter”. In turn, this leads to greater conservatism and parochialism in management research and knowledge.

Ou, ainda, por *Harzing e Wal (2008)*, *Grey (2010)*, *Willmott (2011)* e *Tsui (2007)*. Por outro lado, se os pesquisadores que não utilizam o inglês pensam que adotando o gênero de artigos esperados pelo sistema vão ter melhores chances de serem publicados, eles não estão se dando conta de que vão cair em contradições difíceis de superar. Realmente, como um estrangeiro, imerso em seu contexto nacional ou regional, que lhe possibilita produzir pesquisas específicas e se situar em campo diferente do americano e do qual ele desconhece todas as sutilezas, vai poder produzir documentos perfeitamente compatíveis com o espírito americano? O trabalho de *Yves-Frédéric Livian (2013)* nos mostra que, mesmo em gerenciamento intercultural, isso não é tão evidente, pois os pesquisadores de língua francesa têm bastante dificuldade em conseguir serem publicados. Cabe aqui uma questão suplementar: Qual é o interesse em passar pelas exigências de um sistema cujos resultados são deplorados por anglos-saxões e alguns americanos? (*Grey, 2010; Harzing & Wal, 2008; Willmott, 2011*).

O problema de manter uma produção de língua não inglesa de qualidade passa, sem dúvida nenhuma, pela proteção e

pelo reforço de meios de publicação e avaliação próprios dos universos linguísticos em questão. Numerosos campos linguísticos beneficiam-se disso, especialmente o hispânico. Quanto à difusão para outros universos linguísticos, trata-se de utilizar uma estratégia ancorada na tradução para melhor divulgar nossos trabalhos, especialmente entre os pesquisadores de língua inglesa (*Courpasson et al., 2008; Harzing, 2006; Harzing & Wal, 2008*). Quanto à visibilidade das produções em línguas diferentes do inglês, varia conforme numerosos e diferentes parâmetros que têm a ver não apenas com a tradução mas também com sua aceitação segundo os esquemas cognitivos inerentes ao contexto social dos destinatários (*Aquino-Alves & Pozzebon, 2013; Battilana et al., 2010; Bouilloud, 1997; Bourdieu, 2003; Chanlat, 2014a; Hatchuel, Pezet, Starkey, & Lenay, 2005; Ibarra-Colorado, 2006; Livian, 2013; Tsuda, 2013*).

Questão sociopolítica

A discussão que acabamos de realizar não pode ficar só no nível intelectual. Ela acarreta também questões sociopolíticas. Nossa abordagem linguística decidiu efetivamente deixar passar e aceitar que a língua nacional usual seja uma língua dominada no seu próprio âmbito. A questão é essa: o que podemos às vezes observar em algumas instituições que, depois das opções, demonstram quanto a língua nacional e as engrenagens intelectuais das quais acabamos de falar se marginalizam, levando junto o pensamento que lhe estava associado.

Deve-se, com efeito, determinar opções de pesquisa a partir de revisões cujas agendas sejam muito diferentes das nossas. E se nós nos enviamos mensagens, o que farão as gerações mais jovens que nos sucederão? Continuarão defendendo posturas que lhes são próprias e estão relacionadas com seu universo sociocultural, ou abandonarão a originalidade própria de cada localidade, como diria *Michel Berry (2004b)*, pensando no domínio anglo-saxônico?

Já conhecemos as respostas a todas essas perguntas. Felizmente, são inúmeros aqueles e aquelas que são conscientes desse desafio. Na França, por exemplo, a última discussão sobre a classificação das revisões pelas associações científicas de língua francesa que foram submetidas à FNEGE foram igualmente animadoras, porque classificaram um bom número de nossas publicações na categoria 2, e colocaram muitas outras revisões no nível 3.

Tal decisão, fruto de amplo consenso das associações científicas representativas, mas sem administração, permite a cerca de 60 publicações se manterem e se fortalecerem, e, aos jovens pesquisadores, permite fazer carreira produzindo em francês. Isso nos permite também defender as pesquisas originais das metodologias qualitativas, muitas vezes de difícil reconhecimento na corrente “*main stream*”, e de atacar as questões sociais que nos são caras pelo ponto de vista de nossos valores e ideais socioeconômicos. Enfim, o campo da língua francesa pode apresentar-se como um campo aberto a outros pensamentos, vindo de outros lugares e possibilitando aos colegas estrangeiros apresentarem ideias e posturas mais difíceis de defender no campo linguístico. Isso pode igualmente atrair alianças e cumplicidade com outros campos linguísticos, especialmente o latino (Alcadipani & Rosa, 2011; Aquino-Alves & Pozzebon, 2013; Chanlat, Fachin, & Fischer, 2006; Ibarra-Colorado, 2006).

Assim sublinhou Berry, defensor, com razão, da originalidade da língua francesa:

a diversidade é potencialmente uma riqueza, mas é conveniente diferenciar dois aspectos no trabalho científico: a produção das ideias e a divulgação das mesmas. A produção supõe levar em consideração os dispositivos que impulsionam para a excelência e desde que tudo não seja geométrico, nenhuma produção é melhor do que a que é feita em sua própria língua. A divulgação supõe que os transmissores sejam

encontrados para atingir o público com o qual se quer interagir. Sendo o inglês a língua mais utilizada, torna-se o maior veículo de divulgação. Mas, considerar que as publicações e as línguas mais divulgadas são as mais qualificadas provem de uma trágica confusão entre a elaboração e a divulgação das ideias (Berry, 2006, p. 6).

Essa posição, com a qual estamos plenamente de acordo, mostra que a escolha do idioma principal do pensamento é um desafio maior e que não convém, sob pretexto de eficácia em matéria de divulgação, adotar totalmente o inglês. Se os pesquisadores de língua inglesa fizerem essa escolha, eles perderão justamente o que faz com que eles sejam o que são. Os desafios sociológicos são, portanto, enormes. Trata-se de nossa própria existência intelectual. No entanto, os obstáculos culturais que estão ligados a ela são igualmente muito importantes.

Desafio cultural: universo de significado e pluralidade do universo

A antropologia esclarece sobre os desvios, isto é, sobre a cultura que fundamenta as diferenças entre os grupos humanos (Lévi-Strauss, 2013). Enquanto universo de significados, a cultura é um ambiente que serve de esquema para os atores de um mundo preocupado (D'Iribarne, 2008) e dá sua singularidade a cada experiência nacional ou regional (Hofstede, 1996). Os países que não são de língua inglesa não escapam a essa regra (Aquino-Alves & Pozzebon, 2013; Chevrier, 2012; Davel & Chanlat, 2008; D'Iribarne, 2006; Ibarra-Colorado, 2006; Tsuda, 2013). A escolha da língua de publicação é, portanto, uma escolha cultural. Tudo que já afirmamos anteriormente nos mostra que língua e cultura estão ligadas.

Jean-Claude Usunier (2012) chama a atenção:

Podemos nos questionar sobre a utilização sistemática de questionários con-

cebidos inicialmente em inglês na pesquisa em gerenciamento, porque esses questionários têm tendência a esconder as diferenças conceituais entre culturas e contextos linguísticos. As diretrizes de tradução dos instrumentos de medida acentuam o fato do grau de abrangência entre os instrumentos construídos nas populações e que deveriam ser avaliados e os que desenvolvem os instrumentos de pesquisa e deveriam assegurar-se de que o processo de tradução/adaptação do instrumento leva em conta as diferenças linguísticas nas populações alvo [...] No entanto, na maior parte do tempo isso é feito supondo-se que a língua seja neutra, e totalmente instrumental. Termina-se em diferenças de sentido que permanecem ignoradas. (Usunier, 2012, p. 12).

É assim que, sob a influência de uma visão instrumental e utilitária, a equivalência das palavras pode ser encontrada nos dicionários das línguas em questão sem, no entanto, que se tome consciência de que os conceitos lexicalmente idênticos podem ser compreendidos de maneira diferente conforme o contexto linguístico no qual eles são utilizados, e assim levados a interpretações falsas (Blenkisopp & Pajouh, 2010; Usunier, 2012). Foi isso que numerosos pesquisadores recriminaram nos estudos orientados por Hofstede (1996) e seus discípulos. Como tirar conclusões a partir de escalas quando não se tem o contexto de referência do que realmente se passa? Palavras como grupo, indivíduo, autoridade, decisão, objetivos, cooperação ou mesmo ética não têm sentido a não ser em situações apresentadas (Chevrier, 2012; Davel, Dupuis & Chanlat, 2008; Usunier, 2012).

Se a equivalência das palavras não for suficiente para que se tenha consciência do que tiver sido realmente vivenciado, torna-se necessário saber se as palavras têm sentido equivalente em cada língua ou cultura. Alguns pesquisadores (Sechrest, Todd, & Hafeez, 1972) identificaram quatro categorias de problemas de equivalência em tradu-

ção: equivalência léxica, equivalência idiomática, equivalência gramatical e sintática, e equivalência experimental. Essa última implica que os termos traduzidos devem referir-se a objetos e experiências reais, familiares às diversas culturas envolvidas. Isso é o mais difícil. Consiste em reconstruir na língua-alvo o sentido ligado à experiência local, específica à língua de origem (Geoffroy, 2002; Harzing, 2006; Henderson & Louhiala-Salminen, 2011; Tréguer-Felten, 2012).

Se os conceitos como o oportunismo, a liderança, a motivação ou a decisão podem ter aspectos partilhados pelas diferenças culturais, um desses aspectos pode ser enfatizado de maneira especial numa cultura que pode ser ignorada por outra (Usunier, 2012).

Para o continente europeu, a questão é não saber que língua deve dominar, mas, como escreveu François Taillandier (2009),

escolher o que a Europa quer afirmar: Ou as línguas são consideradas instrumentos neutros, transparentes e de livre circulação (e pode-se imaginar que o francês seja um veículo tão deprimente quanto o inglês como veículo) ou então, aceitam-se formas culturais, laços com a profundidade de uma civilização, e com hábitos edificantes [...] Hoje não são as línguas que se enfrentam na Europa, mas duas filosofias que se perguntam o que é uma língua. (Taillandier, 2009, pp. 71-72).

E a escolha a ser feita será carregada de consequências culturais, tanto no nível dos indivíduos quanto no nível das sociedades.

CONCLUSÃO: EM DEFESA DA PLURALIDADE DO PENSAMENTO NAS CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Dando continuidade a essa reflexão, parece evidente que a questão da defesa e ilustração da diversidade linguística no nosso cam-

po fala por si mesma em todos os elementos que colocamos em destaque. Essa defesa não quer dizer fechamento; ao contrário, é um testemunho de nossa vitalidade coletiva. Devemos, então, evitar várias armadilhas: a de uma visão puramente instrumental da língua, a que nos faz confundir produção com divulgação, a de um abandono da língua nacional usual por pouco caso, e a de deixar-nos levar a um universo menor do que a nossa realidade.

Parece que defendemos aqui uma visão ao mesmo tempo viva, existencial e aberta à diversidade linguística no nosso campo, e que, longe de sermos um predador contra o inglês, foi uma defesa dessa diversidade intelectual e cultural, que nos levou a escrever este trabalho.

O campo internacional da pesquisa em Administração precisa de campos que não utilizem a língua inglesa, dinâmicos e originais; isso é um elemento essencial à sua vitalidade (Adler & Harzing, 2009; Aquino-Alves & Pozzebon, 2013; Harzing & Wal, 2008). Foi esse o espírito que nos animou e nos levou a um momento importante da história de nossa ação: manter a diversidade essencial à criação e à inovação em ciências sociais e em Administração.

Nota

Versão modificada do original publicado por Jean-François Chanlat sob o título “Langue et pensée dans le champ de la recherche en gestion: constats, enjeux et atouts de la langue française”, na *Gérer et Comprendre*, n. 115, pp. 4-17, 2014. Reproduzido com autorização de Annales des Mines – <http://www.annales.org/index.html>

REFERÊNCIAS

Adler, N., & Harzing, A. W. (2009). When knowledge wins: transcending the sense and nonsense of academic rankings. *The Academy of Management Learning & Education*, 8(1), 72-95.

Alcadipani, R., & Rosa, A. R. (2011). From global management to glocal management: Latin American perspectives as a counter-dominant management epistemology. *Canadian Journal of Administrative Science*, 28(4), 453-466.

Aquino-Alves, M., & Pozzebon, M. (2013). How to resist linguistic domination and promote knowledge diversity. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 53(6), 629-633.

Audet, M. (1986). Le procès des connaissances de l'administration. In M. Audet M., & J-L. Malouin (Dir.). *La production des connaissances scientifiques de l'administration* (p. 21). Québec: Presses de l'Université Laval.

Bargiela-Chiappini, F. (2001). Management, culture and discourse in international business. In M. Strojinska (Ed.). *Relative points of view. Linguistic representations of culture* (pp. 144-160). Oxford, UK: Berghahn Books.

Battilana, J., Anteby, M., & Sengul, M. (2010). The circulation of ideas across academic communities: when locals re-import exported ideas. *Organization Studies*, 31(6), 695-713.

Bayart, D., Borzeix, A., & Dumez, H. (Dir.). (2010). *Langage et organisations sur les traces de Jacques Girin*. Paris: Les Éditions de l'École Polytechnique.

Bayley, J., & Clegg, S. (Eds.). (2007). *International Encyclopedia of Organization Studies*. Thousand Oaks: Sage.

Benveniste, E. (1966). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.

Bernoux, P. (2009). *Sociologie des organisations*. Paris: Seuil.

Berry, M. (1995a). Research and the practice of management, a French view. *Organization Science*, 6(1), 104-116.

Berry, M. (1995b). From American standards to cross-cultural dialogues. In B. J. Punnett, & O. Shenkar (Eds.). *Handbook of International Management Research* (pp. 463-483). Michigan: University of Michigan Press.

Berry, M. (2004a). Vers un audimat des savants? *Vers une invitation au débat. Gérer et comprendre*, (77), p99.

Berry, M. (2004b). La recherche en gestion doit échapper aux standards américains. *Le Monde Économie*, 31 mars.

Berry, M. (2006). Faire vivre une revue française en gestion, le cas de 'Gérer & Comprendre'. *Revue Économique et Sociale*, 64(2), 9-15.

Blenkinsopp, J., & Pajouh, M. S. (2010). Lost in translation? Culture, language and the role of the translator in international business. *Critical Perspectives on International Business*, 6(1), 38-52.

Bouilloud, J-P. (1997). *Sociologie et société. épistémologie de la réception*. Paris: PUF.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.

- Bourdieu, P. (1987). *Choses dites* (Col. Le Sens Commun). Paris: Les Éditions de Minuit.
- Canagarajah, S. A. (2002). *A geopolitics of academic writing*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press.
- Chanlat, J-F (1992). L'analyse des organisations: un regard sur la production de langue française contemporaine (1950-1990). *Cahiers de recherche sociologiques*, (18-19), 93-138.
- Chanlat, J-F. (2007). Organizational literature, Francophone. In J. Bayley & S. Clegg (Eds.). *International Encyclopedia of Organization Studies* (Vol. III, pp. 1116-1123). Thousand Oaks: Sage.
- Chanlat, J-F. (2011). Organisations: l'Amérique du Nord est-elle toujours en avance sur l'Europe? In J-M. Saussois (Ed.). *Les organisations*. Paris: Edition Sciences Humaines.
- Chanlat, J-F. (2014a). The forgotten contributions of the French schools of anthropology to the foundations of anthropological perspectives in the Anglophone universe: a comment on Morey and Luthans. *Journal of Organizational Ethnography*, 3(1), 1-4.
- Chanlat, J-F. (2014b). Langue et pensée dans le champ de la recherche en gestion: constats, enjeux et atouts de la langue française. *Gérer et Comprendre*, 115, 4-17.
- Chanlat, J-F, Fachin, R, & Fischer, T. (Dir.). (2006). *Análise das organizações. Perspectivas latinas*. Porto Alegre: Imprensa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Chanlat, J-F & Lussier, S. (2014). L'évaluation des établissements supérieurs d'enseignement et les enseignants-chercheurs en gestion: l'intériorisation institutionnelle de l'internationalisation. *Communication*, Congrès Atlas-AFMI, Marseille.
- Chevrier, S. (2012). *Gérer des équipes internationales*. Ste Foy: Les Presses de l'université Laval.
- Chevrier, S. (2014). Publish or Perish. *Gérer et Comprendre*, (115), 18-21.
- Clegg, S, Ibarra-Colorado, E, & Bueno, L. (1999). *Gerenciamento global, theories and local realities*. London: Sage.
- Cornuel, E, & Lecomte, P. (2012). La question du langage et de la communication dans le management international: un défi pour les hommes et les organisations: introduction : Autonomie, responsabilité et management public des établissements éducatifs. *Management et Avenir*, (55), 98-102.
- Courpasson, D, Arellano-Gault, D, Brown, A, & Lounsbury, M. (2008). Organization studies on the look-out? Being read, being listened to. *Organization Studies*, 29(11), 1383-1390.
- Curry, M. J, & Lillis, T. (2004). Multilingual scholars and the imperative to publish in English: negotiating interests, demands and rewards. *TESOL Quarterly*, 38(4), 663-688.
- Czarniawska, B. (2006). The quiet European? *Journal of Management Inquiry*, 15(3), 332-334.
- Dameron, S, & Durand, T. (Ed.). (2008). *The future of business schools*. London: MacMillan.
- Davel, D, & Chanlat, J-F. (2008). *La gestion en contexte interculturel Théories, Problème et plongées*. Ste Foy: Imprensa da Universidade Laval Québec.
- David, A, Hatchuel, A, & Laufer, R. (2008). *Les nouvelles fondations des sciences de gestion. Éléments d'épistémologie de la recherche en management*. Paris: Vuibert.
- D'Iribarne, P. (2006). *L'étrangeté française*. Paris: Seuil.
- D'Iribarne, P. (2008). *Penser la diversité du monde*. Paris: Seuil.
- Dortier, J-F. (2013). La pensée est-elle contenue dans le langage? *Sciences Humaines*, (246), 34-35.
- Durand, T, & Dameron, S. (2011). Where have all the business schools gone. *British Journal of Management*, 22(3), 559-563.
- Eraly, A. (2011). Les enjeux de l'évaluation. Du discours aux pratiques. In P. Servais. *L'évaluation de la recherche en sciences humaines et sociales* (Coll. Intellection, pp.15-36). Louvain-la-Neuve (Belgique): Bruylant-Academia.
- Geoffroy, C. (2002). *La mésentente cordiale. Voyage au cœur de l'espace interculturel franco-anglais*. Paris: Grasset.
- Grey, C. (2010). Organization studies: publications, politics and polemic. *Organization Studies*, 31(6), 677-694.
- Hagège, C. (1985). *L'homme de parole*. Paris: Gallimard.
- Hagège, C. (1990). The dialogic species a linguistic contribution to the social sciences. Nova York, EUA: Columbia University Press.
- Hagège, C. (1995). L'exigence du plurilinguisme. *Le Monde*, 14.
- Hagège, C. (1998). Le français histoire d'un combat. Paris, França: Livre de Poche.
- Hagège, C. (2001). Creoles and the notion of simplicity in human languages. *Linguistic Typology* 5(2-3), 167-175.
- Hagège, C. (2012). *Contre la pensée unique*. Paris, França: Editions Odile Jacob.
- Halliday, M. A. K. (2003). Written language, standard language, global language. *World Englishes*, 22(4), 405-418.
- Harzing, A.W. (2006). Response styles in cross-national mail survey research: a 26-country study. *The International Journal of Crosscultural Management*, 6(2), 243-266.
- Harzing, A. W, & Metz, I. (2012). Explaining geographic diversity of editorial boards: the role of conference participation and English language skills. *European Journal of International Management*, 6(6), 697-715.
- Harzing, A.W, & Wal, R. van der. (2008). Google Scholar as a new source for citation analysis. *Ethics in Science and Environmental Politics*, 8(1), 62-71.
- Hatchuel, A. (2004). Les limites des métriques d'impact. Réponse à Vincent Mangematin. *Gérer et comprendre*, (77), 100-102.
- Hatchuel, A, Pezet, E, Starkey, K, & Lenay, O. (Dir.). (2005). *Gouvernement, organisation et gestion: l'héritage de Michel Foucault*. Québec/Ste Foy: Les Presses de l'université Laval.
- Henderson, J. K, & Louhiala-Salminen, L. (2011). Does language affect trust in global professional contexts? Perceptions of international business professionals. *Rhetoric, Professional Communication and Globalization*, 2(1), 15-33.
- Héran, F. (2013). L'anglais hors la loi? Enquête sur les langues de recherche et d'enseignement en France. *Population et Sociétés*, (501), 1-4.
- Hofstede, G. (1996). An American in Paris: the influence of nationality on organization theories. *Organization Studies*, 17(3), 525-537.
- Holland, R. (2002). Globospeak? Questioning text on the role of English as a global language. *Language and Intercultural Communication*, 2(1), 5-24.
- Ibarra-Colorado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, 13(4), 463-488.
- Ibarra-Colorado, E, & Montano-Hirose, L. (1987). *Mito y poder en las organizaciones: analisis critico de la teorica de la organizacion* (2a ed.). Mexico: Trillas.
- Ibarra-Colorado, E, & Montano-Hirose, L. (1991). *Ensayos criticos para el estudio de las organizaciones en Mexico*. Mexico, UAM-Iztapalapa/Porrúa.
- Lafforgue, L. (2005). Le Français au service des sciences. *Pour la science*. (329), 8.
- Lévi-Strauss, C. (2013). *Tristi tropici*. Milão, Itália: Il Saggiatore Tascabili.
- Lillis, T, & Curry, M. J. (2006). Professional academic writing by multilingual scholars: interactions with literacy brokers in the production of English-medium texts. *Written Communication*, 23(1), 3-35.

- Livian, Y-F. (2013). Pour en finir avec Hofstede. Renouveler les recherches en management interculturel. In V. Carbone, S. Nivoix, & J-P. Le-maire. *Nouveaux défis du management international* (pp. 265-280). Paris: Galino.
- Ljosland, R. (2007). English in Norwegian academia: a step towards diglossia? *World Englishes*, 26(4), 395-410.
- Lussier, S. (2014). *Les enseignants-chercheurs en gestion à l'épreuve des nouvelles injonctions institutionnelles. Une étude France-Québec*. Tese em Sciences de Gestion, École Doctorale de Dauphine, Université Paris-Dauphine, Paris, França.
- Mair, C. (Ed.). (2003). *The politics of English as a world language*. Amsterdam, Netherlands: Rodopi.
- Mangematin, V. (2004). L'influence internationale de la recherche en gestion produite en France; une analyse à partir des publications du SCI: 1991-2002. *Gérer et comprendre*, 77, 76-99.
- Marafioti, E, & Perretti, F. (2006). International competition in academia: the European challenge. *Journal of Management Inquiry*, 15(3), 318-326.
- Martinet, A-C. (1990). *Épistémologie des sciences de gestion*. Paris: Economica. [Nova edição, Paris: Vuibert, 2013].
- Meriläinen, S, Tienari, J, Thomas, R, & Davies, A. (2008). Hegemonic academic practices: experiences from publishing from the periphery. *Organization*, 15(4), 584-597.
- Nerrière, J-P. (2003, março). Parlez-vous English ou Globish? *Gérer & Comprendre*, (71), 31-39.
- Nickerson, C. (2005). English as a *lingua franca* in international business contexts. *English for Specific Purposes*, 24(4), 367-380.
- Organization. (2011). *Journal Publishing and Rankings*, Seção Especial, 18(4), 419-592.
- Pesqueux, Y, & Tyberghein, J-P. (2009). *L'écologie japonaise d'organisation*. Paris: Editions AF-NOR.
- Phillipson, R. (1992). *Linguistic imperialism*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Sapir, E. (1929). The status of linguistics as a science. *Language*, 4, 207-214.
- Sechrest, L, Todd, F. L, & Hafeez, S. M. Z. (1972). Problems of translation in cross-cultural research. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 3(1), 41-56.
- Taillandier, F. (2009). *La langue française au défi*. Paris: Flammarion.
- Thomas, R, Tienari, J, Davies, A, & Meriläinen, S. (2009) Let's talk about "us": a reflexive account of a cross-cultural research collaboration. *Journal of Management Inquiry*, 18(4), 313-324.
- Tietze, S. (2004). Spreading the management gospel – in English. *Language and Intercultural Communication*, 4(3), 175-189.
- Tietze, S, & Dick, P. (2012, May). The victorious English language: hegemonic practices in the management academy. *Journal of Management Inquiry*, 22(1), 122-134.
- Tréguer-Felten, G. (2012). La 'relation client' à la lueur d'une analyse du discours comparative. *Management et Avenir*, 55(5), 125-146.
- Tsui, A. S. (2007). From homogenization to pluralism: international management research in the academy and beyond. *Academy of Management Journal*, 50(6), 1353-1364.
- Tsuda, Y. (2013). Speaking against the hegemony of English problems, ideologies and solutions. In T. K. Nakayama, & R. T. Halualani. *The Handbook of Critical Intercultural Communication* (pp. 248-269). London: Basil Blackwell.
- Üsdiken, B. (2010). Between contending perspectives and logics: organizational studies in Europe. *Organization Studies*, 31(6), 715-735.
- Usunier, J-C. (2012). Langue et équivalence conceptuelle en management interculturel. *AEGIS le Libellio*, 6(2), 3-25.
- Wedlin, L. (2006). *Ranking business schools*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Whorf, B. (1956). *Language, thought, and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf*. In J. B. Carroll, S. C. Levinson & P. Lee. Cambridge, Londres: The MIT Press.
- Willmott, H. (2011). Journal list fetishism and the perversion of scholarship: reactivity and the ABS list. *Organization*, 18(4), 429-441.